

## Medidas legais de 20 de abril de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p><b>Resolução CGPAR nº 29, de 5 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p>“Estabelece <b>orientações às empresas estatais federais para a contratação de bens e serviços de tecnologia da informação (TI)</b>”.</p> <p><b>Explicação:</b> entre outros, traz recomendações e orientações para serem observadas durante o processo de aquisição ou contratação de bens e serviços de TI e na aquisição de licenças de programas de computador e de serviços agregados. Para o processo de compra de computadores, orienta as empresas estatais federais a: <b>i)</b> não fazer referências, em edital de licitação ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços, que possam acarretar a alteração unilateral do contrato por parte da contratada; <b>ii)</b> compatibilizar os prazos e os níveis de serviços constantes dos termos contratuais com as condições oferecidas pelos fabricantes dos produtos, inclusive nos casos de contratação de revendedores; <b>iii)</b> não incluir, nos contratos, cláusulas que permitam a: <b>a)</b> contratação conjunta de serviços de suporte técnico e de atualização de versões quando não houver a necessidade de ambos; <b>b)</b> cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões relativos ao período em que a empresa tenha ficado sem cobertura contratual; <b>c)</b> cobrança de valores para o restabelecimento de serviços agregados; e <b>d)</b> cobrança de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos. Esta Resolução entra em vigor em 2 de maio de 2022.</p>
<p><b>Portaria CGU nº 782, de 19 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p>“<b>Institui o Prêmio de Boas Práticas em Integridade Pública</b>”.</p> <p><b>Explicação:</b> institui Prêmio, com inscrição até 13 de maio, com a finalidade de identificar, reconhecer e estimular, no âmbito de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a utilização ou desenvolvimento de iniciativas, procedimentos, técnicas, projetos, ferramentas, operações, metodologias ou qualquer outro mecanismo que, por meio da experiência e/ou da investigação, tenham contribuído para o desenvolvimento eficiente e efetivo de uma cultura organizacional pautada no alinhamento permanente dos comportamentos de cada indivíduo ao interesse público. Poderão concorrer ao Prêmio as práticas de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal submetidas à Coordenação-Geral de Integridade Pública dentro do período de inscrição.</p>
<p><b>Portaria ME nº 3.297, de 18 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p>“Altera a <a href="#">Portaria nº 386, de 30 de agosto de 2018</a>, do extinto Ministério da Fazenda, que estabelece <b>normas e critérios para o reajuste e a revisão das tarifas e dos preços públicos praticados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) nos serviços postais prestados em regime de exclusividade</b>”.</p>

	<p><b>Explicação:</b> estabelece que os reajustes das tarifas e dos preços públicos dos serviços postais prestados em regime de exclusividade, cuja aprovação pelo Ministério supervisor da ECT deverá ser publicada até 31 de maio de cada ano, adotarão mecanismo de teto de preços e obedecerão ao percentual acumulado do IPCA no ano civil anterior, descontado o Fator de Produtividade.</p>
<p><b>Resolução CGPAR/ME nº 27, de 5 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p>“<i>Aprova o Regimento Interno da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)</i>”.</p> <p><b>Explicação:</b> entre outros, estabelece as normas e diretrizes da CGPAR, define sua formação e atribuições de seus membros, competências da comissão, periodicidade das reuniões, dinâmicas de votos e formação de comissões temáticas.</p>
<p><b>Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p>“<i>Altera a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021, para prorrogar o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial) para o 4º grupo de obrigados. (Processo nº 19964.104218/2022-96)</i>”.</p> <p><b>Explicação:</b> prorroga a obrigatoriedade do envio das informações constantes dos eventos do cronograma de implantação do eSocial, estabelecendo que os eventos da <u>3ª fase</u> devem ser enviados a partir das 8h do dia 22 de agosto. As informações constantes dos eventos da <u>4ª fase</u> deverão ser enviadas a partir das 8h do dia 1º de janeiro de 2023.</p>
Ato de Pessoal	Objetivo
<p><b>Portaria CC/ME nº 395, de 19 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p><b>Nomear:</b> <u>Clayton Luiz Montes</u> para exercer o cargo de <b>Subsecretário de Gestão Orçamentária</b> da Secretaria de Orçamento Federal da <b>Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia (Seto/ME)</b>, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa, DAS 101.5.</p>
<p><b>Portaria CC/MCom nº 398, de 19 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p><b>Exonerar:</b> <u>Artur Coimbra de Oliveira</u>, a pedido, do cargo de <b>Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom)</b>, a partir de 13 de abril, DAS 101.6.</p>
<p><b>Portaria SEPEC/ME nº 3.532, de 7 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p><b>Designar:</b> <u>Eduardo França Amaral</u> para exercer o encargo de <b>substituto eventual</b> do cargo em comissão de <b>Subsecretário de Regulação e Mercado</b> da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura da <b>Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade</b> do Ministério da Economia (Sepec/ME), ficando dispensado Daniel Antonio Narzetti, DAS 101.5.</p>
<p><b>Portaria CC/MRE nº 400, de 19 de abril de 2022</b></p> <p><a href="#">Visualizar medida</a></p>	<p><b>Designar:</b> <u>Alex Giacomelli da Silva</u> para exercer a função de <b>Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos</b> da <b>Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos</b> da Secretaria-Geral das Relações</p>

Exteriores do Ministério das Relações Exteriores (MRE), FCE 1.15.

*Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.*